

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

NATÁLIA LOPES DE SOUZA

**O papel do historiador professor nas disputas em sala de aula
em relação ao racismo: o caso João XXIII**

Juiz de Fora

2016

NATÁLIA LOPES DE SOUZA

**O papel do historiador professor nas disputas em sala de aula
em relação ao racismo: o caso João XXIII**

Artigo apresentado pela acadêmica:
Natália Lopes de Souza, como requisito
parcial à obtenção do título em Licenciatura em
História pela Universidade Federal de Juiz de
Fora.

Orientador: Anderson Ferrari

JUIZ DE FORA

2016

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião.

Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar também podem ser ensinadas a amar"

Nelson Mandela.

Resumo: O presente trabalho tem por função discutir a temática do racismo problematizando a dificuldade de debater tais temas na sociedade e principalmente no ambiente escolar. A partir disso, a discussão gira em torno dos embates em sala de aula acerca do tema, trazendo como pano de fundo uma atividade realizada no Colégio de Aplicação João XXIII. A atividade evidencia as demandas que os alunos impõem aos docentes e a escola como um todo. A sala de aula é um espaço onde os alunos também precisam ser ouvidos, formando um diálogo interessante com o docente, além de mostrarem o silenciamento por parte da instituição em relação aos problemas gerados pelas práticas discriminatórias. Em seguida, há uma breve discussão acerca do papel do historiador professor em sala de aula como mediador da disputa de discursos e memórias na sala de aula, além de possíveis formas de combate ao racismo tendo como foco a igualdade e tolerância.

Palavras-chave: Racismo, Historiador professor, sala de aula, Igualdade

Introdução:

No Brasil, como afirma Júnia Sales Pereira em seu livro (2012) vigora uma auto representação marcada pela tolerância racial e distinção raciais difusas¹. Todavia, a informalidade do racismo está vinculada a ideia de democracia racial, o que acarreta consequências para vários segmentos da sociedade, incluindo o ambiente escolar.

O racismo aparece mais fortemente como a autora salienta em ambientes íntimos e privados, visando isso a escola é um espaço onde práticas racistas ocorrem com frequência e são naturalizadas. Pensando nisso, o desafio dado ao historiador professor é lidar com essas situações de embates de discursos em sala de aula.

Se tomará por análise o Colégio de Aplicação João XXIII² situado na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, mais detidamente as turmas de 9º ano da presente instituição. A atividade realizada com esses alunos e análise deles se deu através de uma observação feita por estagiários graduandos de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora que exerciam estágio obrigatório na instituição.

Com o decorrer do estágio, os alunos da graduação perceberam nos alunos um forte sentimento de segregação e práticas racistas, dentre elas brincadeiras do tipo “Tu é preto e tem que me aguentar” e outras brincadeiras de cunho discriminatórias. Além de um silenciamento por parte da escola acerca de tais temas considerados tabus ainda.

Visando desconstruir tais discursos mostrando que o racismo é uma permanência da época da escravidão e que tais práticas são de cunho intolerantes, a atividade proposta ensinaria nos alunos um protagonismo, pois eles dariam possíveis soluções para o enfrentamento do racismo, evidenciando que esse problema está presente na sociedade e se remete de um período histórico do Brasil que os afetam diariamente, além de perceberem que essas práticas não acabaram com a abolição, mas que reside até hoje.

Com o decorrer da atividade que consistia na análise de duas fontes, um depoimento de descendente de ex escravos e uma reportagem da Thaís Araújo sobre

¹ PEREIRA, Júnia Sales. *Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa*. In: Monteiro, Ana Maria et. all (Orgs.), *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.306-322.

² O Colégio de Aplicação João XXIII foi fundado em 1965 sendo hoje uma Unidade Acadêmica da UFJF. Atualmente, o Colégio conta com cerca de 1320 alunos, matriculados em 28 turmas de Ensino Fundamental, 09 turmas de Ensino Médio e 09 turmas atendendo a alunos do Curso de Educação de Jovens e Adultos. O quadro docente conta hoje com 89 professores efetivos em regime de dedicação exclusiva e 11 professores substitutos. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Colégio de Aplicação João XXIII. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/joaoxxiii/>>. Acesso em: Agosto 2016.

racismo, a partir dessas fontes os alunos teriam de apontar rupturas e continuidades bem como propor soluções para o enfrentamento do racismo.

A partir dela, os estagiários perceberam que os alunos dentro de uma mesma sala de aula se sentiam ofendidos por tais brincadeiras e a grande maioria das soluções passavam por debates e discussões sobre esses temas presentes. A atividade além de denotar um caráter de demanda que os alunos estão impondo ao docente, denuncia também a instituição como um todo pois se percebe um silenciamento desta perante aos problemas que a escola vem enfrentando.

É interessante destacar que o ensino de História vem repensando o seu modus operandi, ou seja, professores estão partindo de questões atuais para analisar o passado. Não só isso, mas pensar o conteúdo no presente, refletindo as implicações daquelas decisões. Isto é significativo do ponto de vista social pois a compreensão da História não vem de algo imutável que aconteceu a muito tempo e sim de questões que estão diretamente relacionadas ao presente. Além de denotar uma importância do Tempo Presente no campo do ensino que há muito tempo foi ignorada pela academia.

Deste modo, essa nova postura no ensino de História ajuda na reflexão das demandas do tempo presente, onde se busca um repensar do conteúdo para se entender o presente e virse versa, desta forma, o presente leva ao estudo do passado e o ensino de História ancora o docente no ouvir as demandas colocadas pela sala de aula além de ajudar no diálogo entre presente e passado.

O estudo do caso João XXIII, serve de base para a reflexão das questões que envolvem o racismo na instituição escolar além de nos permitir pensar num conjunto maior de escolas que enfrentam os mesmos problemas recorrentes do silenciamento da instituição a temas tabus. Isto denota como o ensino de História é importante para a desconstrução do senso comum e de como o docente, principalmente em escolas de periferia vai abordar tais temas, não deixando cair no silenciamento das demandas dos alunos.

Além disso, podemos pensar como o ensino de História precisa melhorar a grande defasagem do ensino básico de não tratar de temas recorrentes aos alunos e que afetam a vida educacional deles bem como a vida social que estão inseridos.

Num modelo engessado onde se precisa cumprir o cronograma de atividades, as demandas sociais que afetam os alunos são deixadas de lado e não são discutidas. Deste

modo, cabe ao historiador professor³ ter o papel social de orientar e ouvir as demandas do tempo presente de seus alunos levando a desconstrução de estereótipos ensejando a tolerância e a igualdade no espaço da sala de aula.

Portanto, o historiador professor precisa mediar os discursos colocados em sala de aula tendo como foco sempre a igualdade dos alunos não esquecendo a realidade a qual eles estão inseridos, pois o espaço de sociabilidade do aluno, seja a escola, o bairro ou a casa afeta a maneira deste de ver o mundo e de reproduzir ou apropriar discursos do senso comum. Portanto, o meio de convivência do aluno reflete na relação professor-aluno/ensino-aprendizagem e na forma que ele vai se associar a escola. Assim sendo, o docente precisa ouvir seus alunos para proporcionarem uma igualdade entre eles além de inculcarem nos alunos o sentimento de tolerância com o que é diferente e não naturalizado pela sociedade que ele vive.

1. O diálogo entre racismo e sala de aula

Falar sobre o racismo no âmbito escolar muitas vezes é difícil, principalmente por ser tratado como um assunto tabu ou pior ainda, quando adquire um tratamento de invisibilidade, de fingir que este preconceito não atinge determinada escola. Todavia, não se deve negar que não só os movimentos negros e órgãos antirracistas buscam demandas que almejam a igualdade étnica. Dentro das escolas, base da sociedade, as demandas para erradicação da segregação racial ganham força e os alunos se veem inseridos no debate público que envolve o racismo, pois o espaço da escola está em constante disputa acerca do discurso que perpassa a questão étnica.

Júnia (2012) afirma que o racismo persiste na sociedade até os dias atuais, seja através de comentários velados, “brincadeiras” ou discursos violentos, este tipo comportamental está presente principalmente no plano privado. Deste modo, Almeida (2014) afirma que na informalidade é que os preconceitos aparecem e ganham forma caracterizando os negros como inferiores e isto denota que eles não são respeitados, fazendo com que os discursos de cunho racistas sejam reproduzidos em larga escala nos diversos segmentos de sociabilidades, dentre eles, a escola.

³ Chamamos aqui de historiador professor o docente habilitado em História, onde este utiliza seus recursos como pesquisador para atuar na licenciatura unindo a pesquisa ao ensino. Deste modo, o docente auxilia seus alunos na compreensão das visões historiográficas e na desconstrução de paradigmas impostos bem como auxiliar na problematização de questões do tempo presente ligando-as aos conteúdos históricos.

Como afirma Júnia Sales Pereira “Praticamos o preconceito no plano privado – na intimidade e na informalidade – e o negamos no plano da sociabilidade pública: assim, permitindo que ele se perpetue, inviabilizando sua extinção” (PEREIRA, p.306). Deste modo, a reprodução do discurso racista se liga desde a arena domiciliar até o espaço escolar, pois os dois espaços constituem-se a partir de relações sociais intrincadas na intimidade e convivência diária, portanto, essa reprodução ganha força inviabilizando a extinção do racismo e gerando um apartheid dentro da sala de aula ocasionando um ambiente de intolerância.

A função do docente de história, além do que Júnia Sales Pereira propõe de tratar dos assuntos referentes a escravidão e conteúdos étnicos-raciais de forma a não dicotomizá-los para os alunos, o professor tem como foco orientador as demandas impostas pela sala de aula e pelo tempo presente, onde os temas variam, mas sempre se encontra a intolerância racial.

Portanto, “Uma questão do tempo presente – a saber, a luta pela resolução da questão racial no Brasil contemporâneo – pressiona a compreensão e o ensino do passado, de forma a exigir uma reconfiguração da história e da memória. ” (PEREIRA, p. 318). Isso quer dizer que, com o racismo institucional, que vem legitimando as práticas discriminatórias em diversos âmbitos sociais, dentre eles a escola, o docente precisa se atentar para o tempo presente e para as discussões sociais, deste modo, fazendo uma reconfiguração do conteúdo para atender a essas demandas.

Pautado nas demandas do tempo presente em sala de aula que dizem respeito sobretudo às questões sociais onde as políticas públicas precárias são centrais na discussão principalmente por proporem este tipo de reflexão, reconhecem a existência do racismo e da discriminação, como nos diz Silva Jr (2002, p 31).

Desde habitação até saúde e educação para os negros, essas políticas públicas reforçam e traduzem o racismo institucional, assim sendo, o docente pode inferir nos alunos uma necessidade de reconfiguração de questões do passado e da memória, trazendo à tona histórias emergentes ou silenciadas, buscando problematizar as questões sociais e as contradições de um racismo institucionalizado e de um reconhecimento e combate a descriminalização além de evidenciarem as diversas identidades e pluralidades culturais no país a fim de acabarem com a intolerância e com o racismo que perdura desde a escravidão.

Além destas problematizações, pode-se indagar e refletir sobre o racismo nas diversas instâncias da escola, desde o espaço escolar até a discriminação nos livros

didáticos. Esses resquícios de memória naturalizados, precisam ser desconstruídos para acabar de vez com as referências pejorativas a povos diferenciados.

Outro ponto que vale tocar é que a construção do tema racismo passou por uma construção de um discurso coletivo do que é racismo ancorado num Estado que legitimou historicamente o racismo, a democracia racial e o branqueamento. Na escola, não é diferente, a memória coletiva presente é sempre a de que o negro foi vítima e o branco o algoz, não há uma complexificação desta dicotomia, uma desnaturalização do tema que foi dado como memória coletiva.

Henry Rousso afirma em seu texto “ A memória não é mais o que era” (2008)⁴ que a memória coletiva é uma construção social compartilhada, mas vivida individualmente, ou seja, cada um se apropria dessa memória coletiva de uma forma, de acordo com suas experiências de vida, além de que elas são naturalizadas e tidas como naturais, sem um questionamento do porquê são naturais. Essa discussão transpassa para o nível educacional pois os alunos se apropriam do assunto racismo, e de acordo com suas experiências vão construindo novos argumentos e desnaturalizando ou não os discursos em torno do tema.

Assim sendo, a escola é um espaço de constante embate e construção de concepções de vida e sociedade, lá o aluno irá debater e desconstruir discursos dados para eles, ou seja, naturalizados, onde eles poderão problematizar e visualizar a disputa de memória pública em torno do tema e que atinge diretamente a convivência e sociabilidade deles na escola.

A escola também é um lugar onde as políticas sociais interferem diretamente, ou seja, as políticas públicas ensejam na escola uma intenção e cabe aos docentes articularem essas políticas. Como impacto direto no ensino fundamental e médio temos a Lei Federal 10639/03⁵ inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Esta lei foi resultante do trabalho do Movimento Negro para o reconhecimento da matriz africana como igual e não inferiorizada. Foi um ganho importante para esse segmento que lutam para corrigir uma história de desigualdade sofridas por grupos étnico-

⁴ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro 8ª ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008. P.93-101.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 24 novembro 2016.

raciais por parte do Estado que atua de forma diferenciada com os segmentos sociais como um todo.

A Lei Federal 10639/03 e as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira africana gera um impacto direto sobre o ensino e sobre a forma de apropriação do tema por parte do professor. Cabe a ele inserir um debate nas turmas acerca do impacto dessa proposta no país como um todo evidenciando a importância do estudo de tais temas e implementação das leis para a desconstrução de um país onde o racismo é profundamente institucionalizado provocando desigualdades e gerando intolerância em relação à pluralidade de identidades étnico-raciais.

Mas pensando nisso surge um novo desafio aos docentes, Silva Jr (2002) ainda nos diz que mesmo estando ancorados na legalidade e nas novas intenções de mudanças, enfrenta-se ainda um desafio, a grande crítica dos educadores é o despreparo para lidar com tais temas em sala de aula, ou seja, não tiveram formação profissional para lidar com a questão racial no Brasil.

A partir disso, podemos refletir que os desafios impostos aos docentes são inúmeros, que as problematizações do tempo presente aumentam cada vez mais, mas com as novas propostas e diretrizes para o aprofundamento nas questões sociais ligadas ao racismo e a discriminação, o docente poderá ter instrumentos para melhor dialogar com essas questões ligando aos conteúdos que deverão ser trabalhados. O importante é ouvir as demandas dos alunos e trabalhar as problematizações em torno do tema.

2. O grito da sala de aula: o caso João XXIII

Hoje em dia, o racismo se manifesta de forma velada, principalmente através de brincadeiras, pois estas são tachadas como inocentes ou ingênuas, como nos diz Júnia Sales Pereira ainda no texto “Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa”, isto denota o quão profundo é o racismo na sociedade onde tais práticas são tidas como naturais e corriqueiras e acabam sendo legitimadas pelo Estado e pela falta de discussões sobre o tema.

Esse sentimento remete-se a períodos onde a política do branqueamento, a escravidão e a democracia racial vigoravam, e tais medidas afetou e acirrou profundamente os laços entre brancos e negros. Para além disso, o Racismo

institucionalizado difundido e operado pelo Estado acaba por aumentar o abismo existente entre negros e brancos.

O racismo nada mais é do que uma construção de memória acerca de um período onde por mais de 300 anos era natural a submissão da mulher, a escravidão de identidades negras, tidas como inferiores. E tal memória vem ganhando destaque no tempo presente justamente por agendas de ações afirmativas e devido as lutas dos Movimentos Negros ganharem importantes conquistas para o reconhecimento da identidade e matriz africana e a valorização desta, bem como auxílio na reparação e correção de mais de 300 anos de desigualdades, como por exemplo a obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados a África e história afro-brasileira, a Lei 10639/03, cotas para inserção de negros no ensino público Superior dentre outras pautas favoráveis para o desenvolvimento da igualdade entre as identidades brasileiras.

Pensando nisso, e no esboço acima acerca das práticas educacionais e o ensino de história, objetivamos por uma análise do caso do Colégio de Aplicação João XXIII, onde se percebe um forte sentimento racista e uma disputa de memória onde os próprios alunos se veem envolvidos no combate a essas práticas tidas como brincadeiras por parte dos mesmos.

A análise se pauta na atividade descrita acima, realizada com os alunos do 9º ano devido ao fato de serem com essas turmas que o racismo estaria mais naturalizado em brincadeiras do tipo “Tu é preto então tem que me aguentar”. Sabe-se que nestes ambientes as práticas racistas são mais corriqueiras por se encontrarem em um ambiente natural e íntimo para os envolvidos. A atividade consiste em uma análise por parte dos alunos de duas práticas de ofensas aos negros, uma recente e outra fonte, um trecho de memória de um descendente de escravos. A partir disso precisariam evidenciar uma ruptura e uma continuidade das práticas racistas e logo em seguida teriam que dar uma possível medida de enfrentamento do racismo na sociedade.

É interessante notar, que ao trabalhar com um depoimento da memória de um descendente de ex escravos, memória esta que foi passando pelas gerações dessa família, os alunos tenderam a achar que estas práticas aconteciam com todos os negros após o fim da escravidão, esse fato é importante para pensarmos até que ponto a memória serve como parâmetro para a verdade.

E esta suposta verdade é acerca da vida de um ator e não do conjunto de negros no pós-abolição, ter em mente a noção de que a memória é individual sobre o trauma da escravidão e da complexificação das relações deste com a sociedade, são temas que

precisam ser trabalhados visando a desconstrução da bipolaridade entre brancos e negros, levando em conta sempre a cautela com a relativização. Deste modo, o aluno pode entender que a escravidão foi suave ou foi extremamente dura sem condições de mobilidade social. Portanto, é necessário trazer a luz a intrincada sociedade brasileira neste período para se entender as práticas racistas no presente.

Voltando ao caso do Colégio, é um espaço de elite que mesmo sem querer acaba sendo segregador, onde se vê uma separação entre brancos e ricos de um lado, e pobres e negros do outro lado. Isso se deve em grande parte pela maioria populacional da escola ser branca de elite, apesar de a entrada ser através de sorteio, nota-se que em cada turma se encontra um ou dois negros, quando encontra. Essa postura nos diz muito do espaço escolar, muitas vezes mesmo com o sorteio o negro de periferia pode não conseguir estudar lá. Além de gastos com uniformes e livros, tem-se gastos com alimentação e principalmente transporte pois o Colégio é de difícil acesso as zonas periféricas da cidade.

Portanto, a permanência do negro na instituição está ligada ao espaço escolar e as necessidades sociais das famílias mais pobres. Assim sendo, essa hegemonia branca e elitizada na escola, acaba por silenciar as demandas vindas dos alunos negros ou ainda dos alunos pobres de uma forma geral.

Nos corredores e nas salas de aula, percebe-se uma manifestação de práticas racistas, num dos casos o aluno é excluído ou rechaçado pela turma quando fala, sendo tachado de “chato” ou ainda com brincadeiras do tipo “Tu é preto então tem que me aguentar”, quando se vai na raiz do problema e volta-se para a sociedade escravista, nota-se que grande parte do racismo vem das tendências de branqueamento.

Uma vez em minha escola, escutei a seguinte expressão de meu colega de turma negro “Eu quero ter filho com mulher branca, quero clarear não escurecer mais”, isto denota como a política de branqueamento e a dita democracia racial afeta a sociedade naturalizando tais discursos pois, a minha sala riu e disse que ele estava certo, estas memórias que foram legitimadas e posições políticas aprofundaram o racismo e não permite que esse se erradique.

Retornando para a atividade realizada com os alunos do 9º ano, na primeira parte onde deveriam apontar permanências e rupturas eles apontam que todos os negros sem exceção sofriam castigos físicos e que hoje o racismo é mais “brando” com ataques somente verbais e olhares quando um negro entra em alguma loja, e que de ruptura os negros ocupam lugares antes colocados apenas para os brancos e que as formas de racismo mudaram, além de direitos conseguidos por este segmento.

Em uma turma marcada por comportamentos de cunho racistas e por opiniões pautadas acima, nota-se uma constante disputa de memória e de discurso, sobre qual vai prevalecer, o discurso do branqueamento e democracia racial ou o discurso da pluralidade das identidades brasileiras. Dentro da sala de aula há um campo de combate entre os que estão sendo silenciados pelos comportamentos racistas e os que silenciam. Essa atividade denota um apelo da sala para medidas de cunho igualitárias, onde a discussão sobre as etnias é de vital importância pois foram a partir delas que a sociedade do tempo presente está ancorada.

Há uma tentativa por parte dos alunos de desconstruírem essas análises mais distantes trazendo para perto essas questões. Além de evidenciar um problema encontrado nas diversas escolas que é a dicotomização da sociedade entre brancos e negros, onde os primeiros eram os opressores e os segundos eram passivos alienados sem força para resistência.

Aí consiste o papel essencial do docente, ou seja, do historiador professor (pois uma coisa não está dissociada da outra, elas andam juntas e se completam), orientar os alunos para um pensamento mais tolerante, desconstruindo estereótipos e discursos naturalizados, desconstruindo esses paradigmas e reforçando que a sociedade é fundada na mistura de diversas identidades que se misturam, uma não sendo superior ou inferior a outra. Isso contribui para que o racismo seja superado na sociedade possibilitando a ascensão de uma convivência social pautada na igualdade entre todos os agentes sociais brasileiros.

Quando se pergunta para os alunos como combater o racismo, surge uma resposta muito interessante e crítica ao ensino de História, os alunos escreveram:

“Para o nosso grupo o modo de ensinar história dos negros nas escolas brasileiras tem que ser alterado pois essa não valoriza realmente os negros que fizeram mudanças importantes no Brasil, e sim os brancos considerados heróis nacionais”⁶

Acerca dessa solução proposta pelos alunos, pode-se evidenciar como o próprio ensino fundamental e médio demandam os conhecimentos produzidos na academia. O debate acerca da distância entre educação e academia não é algo inédito, inúmeros docentes acadêmicos, principalmente na área de História vem debatendo sobre essa defasagem do ensino nas escolas. E quando a crítica vem da própria escola nos faz refletir

⁶ Tirado da atividade realizada pelos alunos do 9º do Colégio de Aplicação João XXIII no dia 07/07/2016.

para quem este conhecimento é dirigido? Será que esses conhecimentos produzidos não deveriam chegar com mais rapidez no ensino básico? E quais as formas dessa nova produção historiográfica se tornar acessível para os alunos do fundamental e médio? São indagações que nos acompanham durante a graduação e que até hoje não conseguimos claras respostas, o que se pode fazer é trabalhar com eles aquilo que produzimos na academia.

Essa crítica tão direcionada para o ensino de história nos faz repensar quais as demandas do tempo presente estamos ignorando pelo fato de tais temas vinculados a História do tempo presente serem ainda hoje na academia tratados com certo descaso, assim sendo, o historiador professor deve resgatar essas memórias silenciadas, evidenciando outras perspectivas que não o eurocentrismo para incutir nos alunos um sentimento de tolerância e igualdade, que eles próprios estão pedindo a academia, para revisar as demandas sociais e trabalharem a partir delas, revolucionando o ensino de história, quebrando com paradigmas historiográficos tradicionais ultrapassados na academia mais que persiste no ensino básico.

Ainda nos debruçando sobre as soluções propostas pelos alunos, nota-se um sentimento de severidade por parte deles, onde pedem medidas mais sérias, tais como prisões e leis mais rigorosas e outros, como eles mesmo disseram “olho por olho, dente por dente”. Isso evidencia ainda que deve se ter um cuidado ao se falar de racismo justamente para não se cair em discursos de ódios voltados sobretudo para os brancos. É importante evidenciar as diferentes formas de pensar e agir.

Esta sala de aula, grita por meios de combater o racismo, tais como segundo eles, debates, inclusão de matérias que discutam temas relacionados a discriminações de forma geral, movimentos contra essas práticas, palestras com pessoas que sofrem com as práticas discriminatórias, estudos com profissionais de sociologia e outros, além de projetos de leitura e interação entre os alunos. Percebe-se nestes alunos que convivem com práticas racistas anseios para conscientização de que todos são iguais, isso bate de frente com outras práticas voltadas para a discriminação. No momento em que se percebem tão grande apelo por debates e palestras sobre o tema, se percebe que os próprios estão pedindo demandas transformadoras do convívio, traz a luz a denúncia de práticas mesmo que veladas de racismo.

Para os alunos, a forma de combate primordial ao racismo se dá dentro de sala de aula, na escola, portanto, a mudança para eles, começa justamente com eles, combatendo

as práticas que diariamente os afetam, além de enfatizarem que o debate é fundamental, isso expressa atitudes mais tolerantes em relação as opiniões e ideologias dos demais.

Outra grande questão trazida à luz por essa atividade diz respeito ao espaço da escola como um todo, nota-se, a partir das sugestões dos alunos um silenciamento por parte da escola quando esses temas são enfatizados, não se percebe no âmbito escolar qualquer intenção ou projeto que ajude a erradicar a discriminação e o racismo dentro da mesma. Os alunos pedem:

“reconhecer que todos os seres humanos independente de cor, raça ou gênero são iguais. Merecem respeito pelo passado que seus ancestrais tiveram, infelizmente sem chances de optar por uma alternativa.”⁷

Deste modo, as demandas referentes a igualdade entre negros e brancos, são pautas que para os alunos são importantes e que são deixadas de lado pela escola. O tratamento de questões tabus como o racismo não deve ficar apenas no plano das ideias, é necessário tomar medidas afirmativas de erradicação do racismo. Plantando a semente da igualdade nos alunos, a escola contribui para que a sociedade seja mais tolerante e igual, quando se silencia ou ignora demandas tão caras aos alunos, contribui para uma conjuntura de intenso conflito no ambiente escolar que irá se projetar nas experiências futuras destes alunos.

Esta atividade realça que no mesmo ambiente da sala de aula, percebe-se visões e subjetividade de alunos que querem uma mudança para erradicação do racismo e outros que acham que as ditas brincadeiras devem continuar e não são de cunho racistas o que fortalece as práticas discriminatórias. Diante dessa disputa incessante na sala de aula, qual a função do historiador professor frente a essa disputa de discursos? E qual o papel social que ele deve desempenhar quando bate de frente com questões preocupantes, dentre elas o racismo?

3. Uma conversa sobre o papel dos historiadores professores

⁷ Tirado da atividade realizada pelos alunos do 9º do Colégio de Aplicação João XXIII no dia 07/07/2016.

Pensando ainda sobre questões que envolvem o racismo e os embates dele em sala de aula, qual seria o papel do historiador professor frente a esses embates e desafios? Como lidar com questões presentes que envolvem práticas e discursos racistas?

Primeiramente, deve-se explicar o porquê da preferência de professor historiador em detrimento do professor de história. Quando se fala de professor de história o aluno geralmente se remete a aquele ator como um profissional que vai ensinar coisas que já aconteceram evidenciando a verdade e imutabilidade dos acontecimentos históricos, essa perspectiva parte muito da construção do senso comum.

Quando se utiliza a expressão historiador professor, há uma quebra do paradigma construído em torno dele, onde é possível evidenciar que a história está diretamente relacionada com as demandas impostas do presente e que o docente poderá levar o aluno para um universo totalmente flexível, ensinando-a a pesquisar e analisar as várias visões e perspectivas do mesmo evento histórico, e não uma coisa imutável que aconteceu e que era verdade e que ficou no passado, sem consequências para o futuro ou ainda para a realidade do aluno.

Deste modo, há uma reciprocidade do historiador e do professor, que antes eram considerados dissociados um do outro. Portanto, um dos papéis do historiador professor, é não perder a dimensão que ele é historiador e professor, uma mutualidade que reforça a quebra do senso comum do que é ensinar história.

Pautado nessa argumentação e na atividade realizada pelos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII, pode-se pensar acerca dos desafios que o docente de história irá enfrentar ao lidar com essas questões consideradas traumáticas e tabus. E o papel que ele vai assumir em sala de aula. Muito se debate sobre o papel social do historiador, ou seja, sobre a relevância do papel dele na sociedade. Mas pouco se discute sobre a principal arena de trabalho do historiador, a sala de aula.

Tendo como pano de fundo a sala de aula, uma das funções do historiador professor é evidenciar as diferentes interpretações de um mesmo evento levando em conta que uma não exclui a outra e sim que elas são produzidas em conjunturas específicas. Deste modo, o docente precisa mediar o conhecimento selecionando recortes que fazem significado para os alunos e que de alguma forma se liguem aos eventos presentes, pois assim, o aluno terá uma percepção que a história não é imutável e que ficou no passado, mas que ela reverbera na sociedade como um todo.

O papel do historiador se encontra na missão de inculcar nos alunos sentimentos de igualdade e tolerância em relação a religião, etnia, ou seja, tolerância ao que é diferente.

Além de evidenciar que problemas presentes tem causas mais profundas que se remetem a períodos históricos, e que tais problemas precisam ser discutidos para que a erradicação deles aconteça.

Podemos listar outra função importante que dialoga com a produção de conhecimento acadêmico, como se sabe, a maioria do conhecimento produzido não chega ao ensino básico, portanto, o historiador professor precisa sempre fazer a mediação do conhecimento produzido na academia para a escola, desconstruindo visões historiográficas já ultrapassadas. Nota-se que é importante essa mediação pois a sociedade vive em profunda mudança constantemente e assim os próprios alunos reivindicam o direito de estudar memórias que foram silenciadas pela política, pela sociedade, pela escola, pela academia.

Acerca da segunda questão, o historiador professor tem uma difícil missão, no que diz respeito a temáticas que envolvem o racismo, o profissional é o principal mediador entre as disputas pelo discurso dominante, seja ele favorável ao racismo ou não. Ele precisa tratar dessas questões presentes, não as ignorando ou deixando de lado as demandas colocadas pelos alunos em sala. Ao tratar dessa temática, o professor historiador tem um grande papel social, ajudar através de seus recursos na erradicação de preconceitos e desconstrução dos estereótipos.

Não é uma função fácil pois ela lida com o senso comum construído ao longo de vários anos, e perpassa ainda na “delicadeza” ao se tratar do racismo e das memórias e experiências das vítimas não tomando os depoimentos como a verdade absoluta ou hegemônica.

O trabalho realizado no colégio demonstra que o profissional tem que estar atento as demandas dos alunos buscando sempre um debate entre os discursos em disputa, escutando o aluno, o docente pode descobrir problemas vinculados a qualquer tipo de ação discriminatória. Além disso, através de suas ações o profissional ajuda a erradicar pelo menos no âmbito escolar o racismo exacerbando a igualdade de todos.

Essa atividade demonstra que muitas vezes o docente precisa estar atento a sua sala de aula para promover as mudanças necessárias, tais como reivindicar palestras, discursos, ou até mesmo buscar recortes que dialoguem com as questões racistas evidenciando sempre a pluralidade das identidades brasileiras.

Partindo desse pressuposto, o papel do historiador professor é tão complexo que ultrapassa os limites do ensino-aprendizagem, é um verdadeiro diálogo onde um precisa escutar ao outro, para assim juntos promoverem uma mudança gradual nas concepções

históricas e sociais quebrando paradigmas impostos por muito tempo e corroborado pela sociedade.

Não é nada fácil ser um historiador professor, principalmente quando devemos tratar de assuntos importantes que são deixados de lado, o combate ao racismo e outras práticas discriminatórias, fazem parte do papel do historiador, e sinceramente, cada caso é um caso e só o tempo e a experiência ajudarão na difícil tarefa de transformação social. Não vai ser fácil, não é fácil, mas a verdadeira revolução começa com o diálogo em sala de aula.

Considerações Finais

A partir das argumentações acima, pode-se observar que o diálogo entre racismo e sala de aula é um tema delicado, mas ao mesmo tempo é indispensável na sociedade. Uma sociedade pautada a mais de trezentos anos pela escravidão, que viveu um processo abolicionista gradual e a única forma de manter o controle dos negros era a abolição. Mesmo com a abolição os desmandos e descasos com os negros e o serviço forçado continuaram, a sociedade atual vive um pouco mais de cem anos de liberdade e percebe-se o racismo ainda fortemente impregnado nos segmentos sociais.

Assim, a grande luta é contra os resquícios do período como agressões físicas e verbais e comportamentos travestidos de brincadeiras. Essa luta é em grande parte mediada pelo historiador professor que deve mostrar aos alunos as complexidades dos fatos históricos e das sociedades precedentes a atual. Só assim, ganhará novo vigor para combater o racismo.

Ao tratar de uma escola tida como da elite juiz-forana, nota-se que há uma segregação forte entre negros e brancos e nenhuma tentativa por parte da escola como um todo para reverter esse processo. Esse caso específico, de silenciamento por parte da escola enquanto os alunos pedem por demandas que garantem uma inclusão maior ou que de certa forma acabam por denunciar comportamentos racistas cotidianos e naturalizados, serve como pano de fundo para muitas outras escolas que enfrentam os mesmos problemas ou até piores. Escolas principalmente de periferias são tratadas com descaso, e os alunos principalmente, nesta conjuntura o diálogo sobre racismo, resquícios da escravidão, memória e identidade negra ganham uma importância ainda maior.

Em uma sociedade onde se tem uma intolerância religiosa e étnica sendo exacerbada, esses comportamentos sociais acabam refletindo na escola, onde a reprodução de discursos do senso comum é propagada ocasionando uma disputa pelo discurso hegemônico dentro de sala. Assim sendo, cabe ao historiador professor mediar estas tensões colocando a luz esses temas importantes, propondo debates e discussões à guisa de desconstrução de estereótipos e de preconceitos ajudando a fortalecer uma sociedade pautada na igualdade e na tolerância.

Ao mesmo tempo que o papel do historiador em sala de aula é desafiador ele também é maravilhoso, pois há uma troca, uma reciprocidade na relação aluno-professor. Juntos, a desconstrução do senso comum se torna mais viável, saber escutar o aluno é importante para a prática docente pois assim ele pode saber das demandas que mais afetam esses alunos e propor junto com eles soluções para o mesmo.

Assim como a história é uma constante construção de teorias e conhecimento, a relação aluno-professor também perpassa por essa construção onde se evidencia a participação do aluno na construção da história, bem como mostrando seu caráter central nas discussões acerca de temas que os afetam diretamente.

Deste modo, encerro fazendo um apelo aos historiadores professores, por mais que sejam difíceis a conjuntura social ou escolar ou ainda as desconstruções de preconceitos, não desistam, pois, parte do seu papel é ajudar os alunos a terem pensamento crítico sobre tudo, inclusive discursos naturalizados, ou seja, exerce papel importante na transformação social. Não desistam da docência, ela pode ser surpreendente.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Martha. DANTAS, Carolina Vianna. MATTOS, Hebe. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Rede ação afirmativa*. 2010. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uel_artigo_2010_MAbreu_HMatos_CVDantas.pdf>. Acesso em: 24 novembro 2016.

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. *A permanência do racismo na sociedade brasileira*. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso. Mato Grosso. 2014. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-perman%C3%Aancia-do-racismo-na-sociedade-brasileira.aspx>>. Acesso em: Dezembro 2016.

AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro 8º ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008. P.93-101.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em:<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 24 novembro 2016.

LEITE, Márcia Pereira. Preconceito racial e racismo institucional no Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*. 2013. Disponível em:<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1202>>. Acesso em: 24 novembro 2016.

LOPÉZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>>. Acesso em: 24 novembro 2016.

PEREIRA, Júnia Sales. *Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa*. In: Monteiro, Ana Maria et. all (Orgs.), *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.306-322.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes;

SILVA JR, Hédio. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais* / Hédio Silva Jr. – Brasília: UNESCO, 2002. 96 p. Disponível em: <https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/discriminacao_racial_escolas.pdf>.

Acesso em: 03 dezembro 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Colégio de Aplicação João XXIII.
Disponível em: < <http://www.ufjf.br/joaouxiii/>>. Acesso em: Agosto 2016.

Outras Fontes:

- Análise das respostas dos alunos e observação na escola

Reportagem: "O negro brasileiro sofre preconceito diariamente", diz Taís Araújo.

A atriz Thais Araújo [...]foi vítima de ofensas racistas por meio de comentários postados em sua página no Facebook, na semana passada (31/10), e recebeu xingamentos como "macaca", "crioula" e "cabelo de esfregão".[...].

Adaptado e retirado de "O negro brasileiro sofre preconceito diariamente", diz Taís Araújo, 8 nov 2015. UOL TV e Famosos. Disponível em: <http://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/08/o-negro-brasileiro-sofre-preconceito-diariamente-diz-tais-araujo.htm>. Acesso em 14 jun 2016

Depoimento de Seu Julião, descendente de escravos.

"O preto era o mais sacrificado do mundo[...], ninguém gostava, tinha racismo, o preto não tinha valor pra nada. A coisa era triste mesmo, era triste lá uns tempos atrás. Depois que acabou o cativo ficou uns quarenta, cinquenta anos naquela escravidão ainda, que nem onça... já não havia mais coro... mas às vezes ainda batiam em algum, até matavam mesmo. Mesmo depois da escravidão. [...]"(Seu Julião, RJ, 81 anos, 27/10/1985).